

ANEXO III
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

EIXO I - DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

1. Constituição Federal de 1988

Capítulo III, Seção I (artigos 205 ao 214): direito à educação, princípios do ensino, deveres do Estado e da família, gestão democrática do ensino público.

2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei Federal n.º 9.394/1996)

Princípios e fins da educação nacional (artigos 1º a 6º). Organização da educação nacional: sistemas de ensino e suas competências (artigos 8º ao 20). Gestão democrática do ensino público (art. 14). Calendário escolar, carga horária e dias letivos (artigos 23 ao 28). Atribuições e formação dos profissionais da educação (artigos 61 ao 67).

3. Legislações Municipais

Lei Complementar Municipal n.º 660/2007, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, suas Autarquias e Fundações Públicas, e dá outras providências. Lei Complementar Municipal n.º 662/2007, que institui o Estatuto e o Plano de Carreira para os Servidores do Magistério Público Municipal de Blumenau e dá outras providências. Lei Complementar Municipal n.º 1.696/2026, que dispõe sobre o Processo de Seleção, Qualificação e Avaliação do Exercício das Funções Gratificadas de Diretor Escolar e Diretor Escolar Adjunto nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de Ensino de Blumenau.

4. Gestão Democrática

Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (CNE, 2021). Fundamentos legais e conceituais da gestão democrática. Órgãos colegiados: Conselho Escolar e Associação de Pais e Professores (APP) – constituição, atribuições e funcionamento. Grêmio Estudantil: protagonismo juvenil e participação na vida escolar. Plano de Gestão Escolar: elaboração participativa, implementação, monitoramento e prestação de contas à comunidade. Atualização democrática do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Interno.

5. Plano Nacional de Educação (Lei n.º 15.388/2026)

Estrutura, metas e estratégias do novo Plano Nacional de Educação (PNE). Articulação entre o Plano Nacional da Educação e o Plano Municipal de Educação (PME).

6. Plano e Municipal de Educação de Blumenau (Lei Complementar n.º 994/2015)

Estrutura, metas e estratégias do PME de Blumenau. Articulação entre o PME, o Projeto Político-Pedagógico e o Plano de Gestão Escolar. Monitoramento e avaliação das metas educacionais no âmbito da instituição de ensino.

7. Conselho Municipal de Educação de Blumenau - CME (Lei Complementar Municipal n.º 865/2012)

Composição, competências e funcionamento do CME Interface entre o CME, a Secretaria Municipal de Educação e a gestão escolar. Resolução CME n.º 003/2019, que estabelece normas para a I Etapa da Educação Básica pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Blumenau. Resolução CME n.º 05/2004, que fixa normas para autorização para funcionamento, reconhecimento e credenciamento, de Instituições de Ensino Fundamental integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Blumenau.

8. Programa de Combate à Evasão Escolar – APOIA

Objetivos e estratégias do programa. Papel do diretor na identificação, monitoramento e enfrentamento da evasão. Articulação com famílias, comunidade escolar e órgãos de proteção.

9. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal n.º 8.069/1990)

Direitos fundamentais da criança e do adolescente (artigos 1º ao 6º e 53 a 73). Responsabilidades da instituição de ensino e da gestão escolar na proteção integral. Evasão escolar e obrigatoriedade de comunicação (art. 56). Interface entre Conselho Tutelar e gestão escolar.

EIXO II - DIMENSÃO PEDAGÓGICA

10. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB n.º 4/2010 e complementares)

Fundamentos e princípios das DCN. Organização curricular: base nacional comum e parte diversificada. Etapas e modalidades da Educação Básica. Avaliação da aprendizagem na perspectiva das DCN.

11. Currículo da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino

Introdução. O Currículo do Sistema Municipal de Ensino de Blumenau e sua Relação com a Perspectiva Histórico-cultural. Etapas, Modalidades e Formas de Organização de Ensino.

12. Projeto Político-Pedagógico – PPP

Resolução CME/Blumenau n.º 001/2019, que fixa normas para a elaboração do Projeto-Político Pedagógico (PPP) e Regimento Interno das instituições da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Blumenau. Conceito, fundamentos e função social do PPP. Processo de construção coletiva e democrática. Elementos constitutivos: diagnóstico, missão, metas, currículo, avaliação e indicadores. Articulação entre PPP, Regimento Interno e Plano de Gestão Escolar.

13. Regimento Interno

Resolução CME/Blumenau n.º 001/2019, que fixa normas para a elaboração do Projeto-Político Pedagógico (PPP) e Regimento Interno das instituições da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Blumenau.

14. Planejamento e Avaliação da Aprendizagem

Conceitos Gerais para Educação Infantil e Ensino Fundamental. Planejamento pedagógico: plano de ensino, plano de aula e sequências didáticas. Funções da avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. Recuperação paralela e estratégias de intervenção pedagógica. Hora-Atividade Extraclasse: garantia legal e função formativa (Decreto Municipal n.º 13.638/2022).

15. Avaliações Externas e Indicadores de Aprendizagem

Conceitos Gerais para Educação Infantil e Ensino Fundamental. Avaliações em larga escala: SAEB, Prova Brasil e IDEB. Indicadores de aprendizagem vinculados ao VAAR/FUNDEB (Lei n.º 14.113/2020). Uso pedagógico dos resultados das avaliações externas para tomada de decisão. Estratégias para melhoria do desempenho dos estudantes do Ensino Fundamental.

16. Acesso, Permanência e Sucesso Escolar

Instruções Normativas SEMED n.º 01 e 02/2024 e Edital SEMED n.º 72/2025, que dispõe sobre as orientações para as Matrículas da Educação Básica nas instituições de ensino e unidades de apoio da Rede Pública Municipal. de Ensino de Blumenau e instituições credenciadas ao Município. Matrícula, transferência e fluxo escolar: responsabilidades do diretor. Fatores de risco para a evasão e estratégias de enfrentamento no cotidiano escolar. Trajetória escolar e garantia do direito à educação na Educação Básica.

17. Educação Inclusiva

Decreto n.º 12.773/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Público-alvo da Educação Especial: conceitos e legislação vigente. Atendimento Educacional Especializado – AEE: organização e articulação com a classe regular. Papel do diretor na garantia de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes com deficiência.

18. Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)

Lei n.º 11.645/2008, que altera a Lei n.º 9.394/1996 (LDB) e inclui no Currículo Oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

EIXO III - DIMENSÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

19. Princípios da Administração Pública aplicados à Gestão Escolar

Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (CF/1988, art. 37). Implicações práticas dos princípios no cotidiano da direção escolar. Fiscalização de serviços contratados pelo Município prestados na instituição de ensino.

20. Gestão de Pessoas na Escola Instituição de Ensino

Instrução Normativa SEDEAD/DP n.º 002/2023, que dispõe sobre o controle de frequência e do registro de ponto dos servidores públicos municipais integrantes dos quadros de pessoal do poder executivo. Monitoramento de quadro de pessoal: substituições temporárias e definitivas. Convocação e organização das formações continuadas em serviço. Garantia da Hora-Atividade Extraclasse conforme a legislação vigente. Profissionais em excedência: identificação e comunicação às instâncias superiores.

21. Gestão de Espaços, Equipamentos e Patrimônio

Organização e uso dos espaços físicos conforme previsto no Currículo da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino. Conservação, zeladoria e responsabilidade pelo patrimônio público escolar. Ações preventivas de segurança para pessoas e instalações. Gestão de materiais pedagógicos e de expediente.

22. Censo Escolar

Finalidade, base legal e órgão responsável (INEP/MEC). Instrumentos de coleta: Educacenso e sistemas municipais. Responsabilidades do diretor no preenchimento fidedigno e nos prazos legais. Uso dos dados do Censo para políticas públicas e distribuição de recursos.

23. Gestão Financeira e Prestação de Contas

Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE: objetivos, Unidade Executora (UEX), execução e prestação de contas. Lei do FUNDEB (Lei Federal n.º 14.113/2020): estrutura, distribuição e aplicação dos recursos, transparência e controle social. Prestação de contas à comunidade escolar e à Secretaria Municipal de Educação. Acompanhamento do balanço mensal junto à APP. Registros, relatórios e acervo documental da instituição de ensino.

EIXO IV – DIMENSÃO PESSOAL E RELACIONAL

24. Comunicação Institucional e Gestão de Conflitos

Comunicação interna e externa na instituição de ensino: clareza, eficácia e fundamentação legal. Mediação de conflitos no ambiente escolar: princípios e estratégias. Cultura de colaboração e clima organizacional favorável à aprendizagem. Relação instituição de ensino-família-comunidade: engajamento e participação.

25. Desenvolvimento Profissional e Liderança

Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (CNE, 2021): competências gerais e específicas nas quatro dimensões. Liderança pedagógica: conceito, características e impacto nos resultados da instituição de ensino. Autodesenvolvimento e formação continuada do gestor escolar. Dimensão política da função diretiva: articulação entre técnica e compromisso social.